# Gênero Como Prática Nas Organizações

**Autoria:** Roberto Higashi, Ana Carolina Júlio, Lucas Poubel

# Resumo

O objetivo deste ensaio é analisar as contribuições da epistemologia de Schatzki para o entendimento do gênero enquanto uma prática social. O espaço organizacional é um local onde o gênero é materializado, no e através dele, de acordo com as normas de gênero que moldam a vida organizacional, mas é um tema relativamente negligenciado nos Estudos Organizacionais. Apesar de as teóricas feministas terem se movido em direção a uma ontologia de gênero, a materialidade de gênero, incluindo a sua performatividade no espaço da vida organizacional, permanece pouco explorada. Sobre o gênero como categoria performativa, Butler (2003) parafraseia Simone de Beauvoir na célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, acrescentando que também não se nasce homem ou qualquer outra categoria *a priori*, sendo possível tornar-se qualquer categoria ou jamais vir a se concretizar, estando os atores sociais numa constante dinâmica de “estar-se”. Os sujeitos têm a possibilidade de (re)interpretar as “normas”, ressignificando-as, fazendo um rearranjo contínuo ao longo do espaço/tempo de sua vida. O gênero, portanto, não é um determinismo biológico, nem tão pouco social. O gênero é socialmente construído, sendo dinâmico e fluido e não uma categoria binária (masculino e/ou feminino) ou “natural”. Assim, apesar da matriz heteronormativa, os indivíduos incorporaram suas próprias micro-versões das práticas de gênero que se desdobam no contexto no qual estão imbricados. Dessa forma, entende-se o gênero enquanto uma prática social como outra qualquer, como um fenômeno social que acontece, sendo continuamente (re)produzido no cotidiano por meio de um nexo de práticas sociais.

**Palavras-chave:** Gênero. Teorias da Prática. Performatividade. Theodore Schatzki.

# Introdução

A dinâmica dos estudos organizacionais, até pouco tempo, ainda se encontrava dominado pelo ideal weberiano, conceituado pela organização burocrática caracterizada pela centralização, hierarquia, autoridade, disciplina, regras, carreira, divisão do trabalho, impessoalidade, estabilidade e assepsia (CLEGG; HARDY, 2007). Não que estes temas e suas aplicações ao ambiente organizacional não sejam relevantes, e nem tão pouco em fase terminal, mas cada vez mais é exigida maior fluidez nas relações intra e inter-organizacionais, reduzindo os aspectos disfuncionais da burocracia.

Buscam-se formas alternativas de estudar o fenômeno organizacional para poder concretizar a fluidez e entender como as “coisas acontecem” no seu contexto, pois em certos momentos, o prescrito se distancia daquilo que é realizado na prática. Os estudos acadêmicos na Administração afastaram-se das investigações das atividades humanas que são desempenhadas no cotidiano das organizações, como descrito por Santos e Silveira (2015). Passaram, assim, a (re)produzir teorias abstratas deslocadas da vida cotidiana e suas práticas concretas. Na busca por aproximar as pesquisas acadêmicas com o “trabalho real” das organizações, há um movimento de recuperação da prática como elemento essencial na compreensão do cotidiano organizacional. Existem diferentes teorias de prática (RECKWITZ, 2002), no caso deste ensaio, utiliza-se, principalmente, a epistemologia da prática desenvolvida por Theodore Schatzki.

Para além da abordagem teórica, existe um recorte específico a ser definido: qual prática em particular será o objeto de estudo? Neste caso, utiliza-se o recorte de gênero enquanto uma prática social que se constitui no contexto organizacional. Sendo o objetivo deste ensaio teórico analisar as possíveis contribuições da epistemologia de Schatzki para o entendimento do gênero enquanto uma prática social.

Sobre o gênero como categoria performativa, Butler (2003) parafraseia Simone de Beauvoir na célebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”, acrescentando que também não se nasce homem ou qualquer outra categoria *a priori*, sendo possível tornar-se qualquer categoria, ou ainda, jamais vir a se concretizar, estando numa constante dinâmica de “estar- se”. Os sujeitos têm a possibilidade de (re)interpretar as normas, ressignificá-las, torná-las sua micro-norma, de sentido próprio, fazer um rearranjo, organizar de outro modo, continuamente ao longo do espaço/tempo de sua vida. O gênero, portanto, não é um determinismo biológico, nem tão pouco social, mas se faz e se desfaz no campo social (BUTLER, 2004), sendo socialmente construído (BERGER; LUCKMANN, 1985), dinâmico e fluido e não uma categoria binária (masculino e/ou feminino) ou “natural”.

Na intenção de desvendar e analisar as práticas sociais nas organizações, em particular as de gênero, o tópico a seguir fará a conceituação de gênero, demonstrando que o mesmo é uma categoria instável, precária e situacional. No item subsequente apresenta-se a epistemologia da prática de Schatzki (2001, 2002, 2005, 2006). Para finalizar este ensaio, mas não a discussão, aborda-se a relação de gênero e sua prática no cotidiano organizacional.

# Gênero na teoria

Falar de gênero implica em falar também de sexo, e este foi justamente o ponto inicial das teorias do feminismo liberal, problematizando as desigualdades entre “sexos” em duas categorias distintas por características biológicas: “masculino” e “feminino”. Posteriormente, estas teorias fizeram a distinção entre “sexo” biologicamente definido e sociologicamente construído. Todavia, mesmo no campo sociológico, entre os feminismos liberal, radical, socialista, colonialista e pós-estruturalista, por exemplo, ainda existem divergências sobre a constituição de gênero e suas relações (CALÁS; SMIRCICH, 2007). Não é propósito do ensaio descrever as diferentes correntes feministas, mas entender que foi a partir destas teorias que questões de gênero e sexo foram problematizadas.

A problematização se faz necessária para que se possa desnaturalizar um conceito tão enraizado, que não é sequer percebido como não natural. Para Thomas Laqueur (2001), o modelo de dois sexos é uma invenção que data do século XVIII, num contexto europeu, deixando claro que não ocorreu de maneira repentina, e também não soberana, pois havia resistências ao modelo. Antes deste período, era predominante o *one sex model*, em que a mulher era um “tipo” de homem, diferenciando-se apenas em grau de “perfeição metafísica”. Laqueur (2001) nos traz exemplos em que a genitália masculina e feminina eram consideradas iguais, sendo que a feminina era interna e a masculina externa. Sendo assim, os lábios vaginais eram equivalentes ao prepúcio, o útero igual ao escroto, e os ovários idênticos aos testículos. Não era, portanto, um (des)conhecimento anatômico, mas uma “forma de olhar e interpretar” o corpo, diferente da que se faz nos dias de hoje. Além disso, para a sociedade dessa época, “as meninas podiam se tornar meninos, e os homens que se associavam intensamente com mulheres podiam perder a rigidez e a definição de seus corpos perfeitos” (LAQUEUR, 2001, p. 19). Como se pode observar, não havia um rigor no tocante à estabilidade do sexo, assim como a distinção anatômica não era tomada como diferencial, mas interpretada de maneira a tornar igual. Diante disso, é interessante ressaltar, que, até 1998, os testes de feminilidade realizados pelo comitê olímpico internacional encontravam dificuldade de comprovação biológica do feminino, desde o “desfile de nus” (*nude parade* – tradução nossa), passando por testes com base celular, até os de base molecular. Chega-se, portanto, a

conclusão de que os testes se tornaram cada vez mais sofisticados, mas tanto a sensibilidade quanto a especificidade falharam (RUPERT, 2011). Hoje não se faz mais este tipo de teste, já que, pela análise hormonal dos atletas, os testes de *dopping* diferenciam o que é “normal” ou não. Pode-se notar que a tentativa de encaixar o indivíduo em um padrão binário e estável tem se mostrado uma tarefa cada vez mais difícil, confirmando a singularidade do ser humano.

Todavia, estes seres singulares encontram-se imersos em um convívio social que faz com que os mesmos tenham um “sexo”, que se comporta como um projeto cultural e político. Para Butler (2003), a perfomatividade de gênero é a estilização contínua do corpo e sua cristalização, através da repetição de atos ao longo do tempo, que dentro de um quadro regulatório rígido, produz uma substância aparente, uma forma natural de ser. Essa repetição nunca será igual a original, pois o deslocamento no espaço/tempo e suas ressignificações provocarão alterações. Assim, o conceito de performatividade está em constante desenvolvimento, é uma mutação, uma instabilidade. Ainda para Butler (2003), as palavras têm agência, as palavras provocam ações e atuações; assim, todas as teorias são causadoras de algo no sujeito, e não seria diferente com a sua, mas, diferentemente, ela não esconde o que faz, ela faz uma provocação à “verdade” contida na identidade sexual de gênero. Isto porque muitas pessoas, no âmbito do senso comum, ainda pensam no sexo como uma verdade natural. Para Foucault (1999), tanto o sexo como a sexualidade foram produzidos por um tipo de discurso, não são, portanto, verdades essenciais, mas construções históricas, que sendo tratados assim se tornam naturalizados, pois o histórico é tratado como natural pelas estratégias de poder. Para Butler (2003), o discurso habita o corpo e o faz, confunde-se com ele; portanto, não há gênero fora do discurso, e a luta feminista deveria buscar a libertação dos corpos pela libertação do discurso que os constitui como um dispositivo de poder.

Souza e Carrieri (2010) vão além, defendem o rompimento com o uso do termo gênero, substituindo-o por *relações sociais de sexo*; pois, segundo os autores, na analítica de Foucault, “masculino e feminino são construídos por relações de poder historicamente fundamentadas, [...] não são naturais e nem existem *a priori*” (SOUZA; CARRIERI, 2010, p. 48). Apesar de Butler (2003) não romper explicitamente com a palavra gênero, há sempre a intenção de sua desconstrução, visto que a autora utiliza conceitos derridianos, ela defende igualmente a desmontagem de todo tipo de identidade de gênero, pois entende que isto oprime as singularidades humanas daqueles que não se “encaixam” na matriz heteronormativa.

Independentemente das críticas, o sujeito tem a possibilidade de (re)interpretar as normas, ressignificá-las, torná-las sua micro-norma, de sentido próprio, fazer um rearranjo, organizar de outro modo, continuamente ao longo do espaço/tempo de sua vida. Segundo Butler:

Corpos não são habitados como espaços vazios. Eles estão, em sua espacialidade, também em andamento no tempo: agindo, alterando a forma, alterando a significação – dependendo das suas interações – e a rede de relações visuais, discursivas e táteis que se tornam parte da sua historicidade, de seu passado, presente e futuro constitutivos (BUTLER, 2004, p. 227).

O gênero, portanto, não é um determinismo biológico, nem tão pouco social, mas se faz e se desfaz no campo social.

# As Teorias da Prática

O social para as teorias da prática não está só nos atributos mentais, no discurso ou nas interações, mas no campo da prática, sendo a prática conceituada como:

um tipo rotinizado de comportamento composto por diversos elementos, interconectados uns aos outros: formas de atividades corporais, formas de atividades

mentais, ‘coisas’ e seus usos, conhecimento prévio em forma de entendimento, *know-how*, estados de emoção e conhecimento motivacional (RECKWITZ, 2002, p. 249, tradução nossa).

Para Schatzki (2001), a prática social é uma multiplicidade de ações organizadas situadas em um dado contexto espacial-temporal, um conjunto de fazeres e dizeres corporais e de arranjos materiais. Isto porque as ações são realizadas pelos indivíduos com a utilização de seus corpos, com a mediação de elementos não-humanos, que se expressam de maneira inteligível a outros indivíduos também imbricados na mesma prática. Acrescenta-se também o fato de que os indivíduos são “transportadores” de diversas práticas e que elementos como *know-how*, atividades corporais e mentais são qualidades das práticas, e não dos indivíduos (RECKWITZ, 2002; SCHATZKI, 2001, 2002). Para compreender melhor a concepção de Schatzki é necessária uma viagem aos seus conceitos primários para que se possa chegar à sua aplicação nas organizações.

As teorias sociais, para Schatzki (2005), foram divididas desde a sua criação em dois campos ontológicos: individualismo e societismo. Para os individualistas o centro é o individuo. Para os societistas, o fenômeno social não pode ser decomposto em atitudes individuais, sendo um complexo de conjuntos de indivíduos envolvidos em interelações através de modos de produção, estruturas abstratas, discursos ou sistemas sociais.

A ontologia situacional ou de contexto (*site ontology* - tradução nossa) de Schatzki (2005) está para além do individualismo e do societismo, pois inclui um novo elemento, o contexto (a situação), como parte inerente da vida social. *Site*, neste caso não se refere a um lugar, a um espaço físico, mas ao contexto no qual as práticas sociais acontecem, se desdobram. Como a ação é situada no tempo e no espaço, não se pode deixar de lado todos os elementos materiais que fazem parte do contexto em que os humanos interagem com ou por meio destes (SCHATZKI, 2005).

Para além da ação, existem componentes “mentais”, pois as práticas não podem ser vistas simplesmente como padrões de comportamento, algo behaviorista, mas como entendimentos gerados pelos espaços de inteligibilidade que incorporam identidades e significados práticos, motivando, assim, formas de dar sentido ao mundo, de desejar algo, saber como fazer alguma coisa ou como responder às ações dos outros (SCHATZKI, 2001, 2002).

Estas práticas são organizadas e ganham uma “identidade conjunta” ordenada por três elementos fundamentais: entendimentos, regras e teleoafetividades. Os entendimentos estão relacionados com a habilidade e a competência do saber fazer/dizer (*know-how*), saber como responder situacionalmente às ações de outros indivíduos envolvidos, ou seja, a concretização da inteligibilidade. As regras relacionam-se a normas, regulamentos, procedimentos e critérios de decisão já existentes e que são aceitos, ainda que tacitamente, pelos praticantes. São essas regras que permitem/impedem a emergência de novas ações e orientam as ações já existentes. A teleoafetividade é um conjunto hierarquicamente organizado, conveniente e aceitável de fins e meios para alcançar esses fins, juntamente com o componente emocional que são aceitos e aconselhados, considerados como válidos ou legítimos na prática. Vale ressaltar que os indivíduos, enquanto praticantes, possuem versões dessas estruturas que organizam as práticas (micro-versões individuais), sendo regras, entendimentos e teleoafetividades propriedades das práticas, e não dos indivíduos (SCHATZKI, 2001, 2002).

Os elementos não-humanos correspondem aos arranjos materiais, constituindo o contexto no qual práticas, pessoas, artefatos, organismos e “coisas” coexistem, se relacionam e ganham identidade (humanos) ou significado (não-humanos). Todos esses elementos são arranjados para que possam agir de forma aceitável ou desejável para a realização das práticas. Estes objetos não têm uma essência existencial *a priori*, mas precária, pois ganham “certos atributos” ao formarem associações com outros objetos e pessoas na especificidade da

atividade em que estão envolvidos (SCHATZKI, 2001, 2002).

Feitas as conceituações básicas, pode-se entrar no contexto organizacional, sendo as organizações um acontecimento, um fenômeno social como outro qualquer, e não uma instituição reificada ou local físico (SCHATZKI, 2006). Dessa forma, "[...] as organizações não são ‘coisas’ prontas e acabadas, estruturas inanimadas, mas ‘coisas’ vivas, animadas, continuamente feitas e refeitas, (re)produzidas, no cotidiano” (SANTOS, 2014, p. 13); sendo fruto de um processo organizativo (*organizing*) (CZARNIAWSKA, 2004, 2008) que envolve arranjos materiais, ou seja, elementos humanos e não-humanos, assim como “fazeres” e “dizeres”, regras, entendimentos, finalidades e emoções.

Pode-se notar o ponto de contato entre a (re)produção de gênero e a epistemologia da prática de Schatzki, pois através das práticas corporais situadas, o sujeito performativamente expressa o gênero, ao mesmo tempo em que tem um espaço de manobra, de subversão e criação de novos “tipos” de gênero (incorporando sua própria micro-versão do gênero enquanto prática uma prática social, enquanto um fenômeno social), que poderão ser, por sua vez, normalizados ou normatizados, inserindo-os em uma “respeitabilidade institucional”. A seguir, aborda-se a congruência do tema nos estudos organizacionais, fazendo a interseção entre os conceitos e trazendo algumas pesquisas sobre a temática em questão.

# Gênero como prática

O espaço organizacional é um local onde o gênero é materializado, no e através dele, de acordo com as normas de gênero que moldam a vida organizacional, mas é um tema relativamente negligenciado nos estudos organizacionais (TYLER; COHEN, 2010). Embora as teóricas feministas organizacionais tenham se movido em direção a uma ontologia de gênero, como uma prática social performativa e situada, a materialidade de gênero, incluindo a sua performatividade no espaço da vida organizacional, permanece relativamente pouco explorada (TYLER; COHEN, 2010).

Para Martin (2003), os vários conceitos que fundamentam a vida organizacional se confundem com práticas de gênero, assim competência, liderança, eficácia, excelência, racionalidade, autoridade, e outros, afetam de maneira diferenciada homens e mulheres. Em seu artigo, a autora nos descreve por seus relatos de pesquisa a dinâmica das práticas generificadas e de praticar gênero através de temas como agência, intencionalidade e consciência na esfera do sujeito, assim como posição, poder e experiência, na esfera organizacional, bem como escolha, responsabilidade e audiência, na esfera social. Em um dos relatos, dois executivos seniores, um homem e uma mulher, estão na porta de uma sala no local onde trabalham, que não é de nenhum dos dois, e toca o telefone. O homem pergunta por que a mulher não atende o telefone, a mulher atende irritada, e depois diz a ele que ela não é sua secretária para que ele a trate assim. Neste pequeno trecho pode-se notar algumas práticas generificadas, pois para o homem em questão, mesmo que inconscientemente, a mulher é apoiadora do homem em seu trabalho, como em seu ambiente doméstico. A mulher, por sua vez, demonstra que existem cargos generificados, a secretária, bem como uma relação de poder no seu discurso, em que esta seria uma subordinada e mulher. Numa outra narrativa, o homem diz que nunca, em 30 anos, jantou a sós com uma mulher que não fosse a sua, pois era um homem cristão e fiel à sua esposa, mas que não via problema nenhum se fosse com outro homem. Aqui tem-se a descrição de aspectos “mentais” individuais, moldados por uma estrutura teleoafetiva e regras morais, que se manifestam corporificados de maneira inconsciente, mediados por elementos não-humanos (telefone, jantar), mas não menos marcante em um determinado espaço/tempo.

Essa não consciência na ação pode levar a uma reflexividade maior sobre o gênero como uma prática, que se torna mais evidente em alguns casos, como no artigo de Simpson

(2011), onde em um ambiente tido como tipicamente feminino, pois é um local para cuidar de pessoas, os enfermeiros têm uma reflexividade maior sobre a prática do gênero que as enfermeiras, pois estes não teriam habilidades de cuidadores, tidas como uma habilidade feminina. Desta maneira, os entendimentos são redefinidos a partir dos espaços de inteligibilidade gerados pela reflexividade. Mesmo havendo uma prática de ser enfermeiro, nota-se que podem haver “micro-versões” generificados da prática, dependendo dos envolvidos. Mas, mesmo em contextos chamados de “*gay-friendly*”, como nas artes cênicas, as práticas generificadas se fazem presentes, fazendo com que *gays* tenham um padrão de comportamento sexual de *gay* masculino, ou seja, não é só uma questão do binarismo homem/mulher, mas também de homo/heterossexual (RUMENS; BROOMFIELD, 2014). Neste caso, existem entendimentos e teleoafetividades que, junto com certas regras, tornam a prática de gênero algo singular e situacional. Há papéis no teatro que sugerem que se tenham “afetações” *gays* em sua representação da realidade, mas a realidade das “afetações” não é permitida a eles. Mesmo em outro contexto, e tendo a discriminação como tema, Souza e Pereira (2013) também fazem a mesma observação sobre os *gays* serem contrários aos *gays* efeminados. Essas manifestações corporais são expressões do artefato “corpo” com uma dimensão biológica, pelo qual somos sensibilizados por suas dimensões simbólica e cultural (FLORES-PEREIRA; CAVEDON; DAVEL, 2006). Este artefato que, unido a outros artefatos não-humanos, como roupas e ornamentos, pode ganhar outros contornos simbólicos e culturais.

Ao utilizar diretamente o artefato corporal, como no mercado de moda, Entwistle e Mears (2012) demonstram a crucial importância do contexto *modelando* significados específicos de práticas generificadas, pois em ocupações não tradicionais de homens e mulheres, se produz diferentes modulações na *performance* de gênero diretamente ligados ao espaço de trabalho. Estas práticas generificadas podem ser ampliadas quando acrescentamos mais uma variável, a idade cronológica. Nesse caso, tem-se uma nova configuração de expectativas associadas à viabilidade do sujeito, dependente do reconhecimento da configuração organizacional (RIACH; RUMENS; TYLER, 2014). Para os autores, a idade também é outro fator que impacta na inteligibilidade e nas práticas de gênero, inscrito na matriz heteronormativa, de modo que a viabilidade fora do padrão hegemônico se condiciona também a idade do individuo. Como pode ser observada pelas descrições, a organização é um acontecimento, onde o gênero como prática é realizado performativamente, através de entendimentos, em seguimento a certas regras e influenciados por uma estrutura teleoafetiva. Criam-se assim condições para uma subjetividade viável que confira reconhecimento no âmbito organizacional.

Pode se observar, pelos artigos citados, a presença do gênero enquanto um fenômeno social que acontece, sendo continuamente (re)produzido no cotidiano. Dessa forma, entende- se que o gênero é socialmente construído (BERGER; LUCKMANN, 1985), sendo, por isso, dinâmico e fluido, e não uma categoria binária (masculino e/ou feminino), “natural” ou biológica. Consequentemente, apesar da matriz heteronormativa que constrange e/ou habilita a ação humana, os indivíduos incorporaram suas próprias micro-versões das práticas de gênero, que se desdobam no contexto no qual estão imbricados.

# Considerações Finais

O objetivo deste ensaio foi analisar as contribuições da epistemologia de Theodore Schatzki para o entendimento do gênero enquanto uma prática social. Ao utilizar os conceitos de Schatzki, articulando-os à performatividade de Judith Butler, busca-se outra maneira de revelar as questões de gênero. O gênero visto como prática deixa de ser uma lente para enxergar as questões relativas às assimetrias entre as relações sociais de sexo, como

determinante ou discriminatório e opressor de minorias, convertendo-se em ferramenta analítica da prática das ações cotidianas que sustenta a matriz heteronormativa. Ao mesmo tempo, ao desvendar os mecanismos das práticas, pode ser útil no desenvolvimento de novas práticas que possam levar a melhores condições de equidade no contexto organizacional.

O gênero, portanto, não é um determinismo biológico dado *a priori*, nem tão pouco social, mas se faz e se desfaz no campo social (BUTLER, 2004), em dado contexto espacial- temporal (SCHATZKI, 2006). Isso permite discutir o gênero enquanto uma prática social fluida e dinâmica que é (re)produzida no cotidiano organizacional em meio a nexos de diferentes práticas (fazeres e dizeres) e arranjos materiais. Além disso, olhar para o gênero como um fenômeno que pertence ao campo das práticas possibilita dar enfoque à sua natureza inacabada, reforçando a ideia de que os sujeitos constantemente tornam-se algo a partir das suas relações sociais e das (re)interpretações que fazem das formas como vêem o mundo (BUTLER, 2003).

No entanto, há uma limitação de profundidade nos temas, que poderiam ser mais detalhados para entender algumas minúcias. Outros estudos, utilizando a ferramenta analítica do gênero como prática, podem ser realizados para detalhar essas questões em diversos contextos organizacionais, para que em cada um deles possa se identificar as práticas generificadas, e quiçá até fazer proposições e desvendar novas possibilidades para a vida no âmbito organizacional. Um caminho seria discutir, por meio da ótica de Schatzki (2006), o gênero como um fenômeno que acontece em um “tempo real” nas organizações, evidenciando o seu caráter dinâmico.

A análise sob essa perspectiva permitiria discutir como os indivíduos, para além de uma matriz heteronormativa que constrange e/ou habilita suas ações, incorporaram micro- versões das práticas de gênero que se desdobram no contexto social e organizacional. Tal percepção pode ser melhor desvendada ao se considerar a existência humana como um ser-no- mundo (estar no mundo) e a ação humana como sempre sofrendo “formações” ou “tensões” (SCHATZKI, 2006).

# Referências

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BUTLER, J. **Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade**. 1. ed. [s.l.] Ed. Civilização Brasileira, 2003. p. 1–47

. **Undoing Gender**. Nova Iorque: Routledge, 2004.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). . **Handbook de Estudos Organizacionais V.1**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 273–327.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: Organização e Estudos Organizacionais. In: CLEGG,

S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Eds.). . **Handbook de Estudos Organizacionais V. 1**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007. p. 463.

CZARNIAWSKA, B. On time, space, and action nets. **Organization**, v. 11, n. 6, p. 773-791, 2004.

. Organizing: how to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management**: An International Journal, 3(1), 4-20, 2008

ENTWISTLE, J.; MEARS, A. Gender on Display: Peformativity in Fashion Modelling.

**Cultural Sociology**, v. 7, n. 3, p. 320–335, 21 nov. 2012.

FLORES-PEREIRA, M. T.; CAVEDON, N. R.; DAVEL, E. **O Corpo como Artefato**

**Organizacional: “Botando Corpo” nos Estudos de Cultura Organizacional.** 30o Encontro da ANPAD. **Anais**...Salvador: 2006

FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade I: A vontade do saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. p. 152

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARTIN, P. Y. Done’' Versus Saying and Doing’' : Gendering Practices, Practicing Gender at Work. **Gender & Society**, v. 17, n. 3, p. 342–366, 2003.

RECKWITZ, A. Toward a Theory of Social Practices: A Development in Culturalist Theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243–263, 1 maio 2002.

RIACH, K.; RUMENS, N.; TYLER, M. Un/doing Chrononormativity: Negotiating Ageing, Gender and Sexuality in Organizational Life. **Organizational Studies**, v. 35, n. 11, p. 1677– 1698, 2014.

RUMENS, N.; BROOMFIELD, J. Gay men in the performing arts: Performing sexualities within “gay-friendly” work contexts. **Organization**, v. 21, n. 3, p. 365–382, 28 abr. 2014.

RUPERT, J. L. Genitals to genes: the history and biology of gender verification in the Olympics. **… Bulletin of Medical History/Bulletin canadien d’histoire …**, v. 28, n. 2, p. 339–365, 2011.

SANTOS, L. L. S. **O trem não pode parar**: reformando uma oficina de locomotivas. 311f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

SANTOS, L. L. S. ; SILVEIRA, R.. Por uma Epistemologia das Práticas Organizacionais: A contribuição de Theodore Schatzki. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 72, 2015.

SCHATZKI, T. R. Introduction: Practice Theory. In: KNORR-CETINA, K.; SAVIGNY, E. VON; SCHATZKI, T. R. (Eds.). . **The practice turn in contemporary theory**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2001. p. 10–23.

. **The site of the social**: a philosophical account of the constitution of social life and change. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002. I

. Peripheral Vision: The Sites of Organizations. **Organization Studies**, v. 26, n. 3, p. 465–484, 1 mar. 2005.

. On Organizations as they Happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863–1873, 1 dez. 2006.

SIMPSON, R. Men Discussing Women and Women Discussing Men: Reflexivity, Transformation and Gendered Practice in the Context of Nursing Care. **Gender, Work & Organization**, v. 18, n. 4, p. 377–398, 9 jul. 2011.

SOUZA, E. M. DE; CARRIERI, A. DE P. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 46–70, 2010.

SOUZA, E. M. DE; PEREIRA, S. J. N. (Re) produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho : a discriminação de homossexuais por homossexuais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 4, p. 76–105, 2013.

TYLER, M.; COHEN, L. Spaces that Matter: Gender Performativity and Organizational Spac.

**Organizational Studies**, v. 31, n. 2, p. 175–198, 2010.